



EDIÇÃO ESPECIAL

Conforme Parágrafo Único do Art. 4 do
Decreto 5.348/2005 de 16/06/2005.

SEMANÁRIO OFICIAL

João Pessoa, 15 de outubro de 2021 * n° ESPECIAL * Pág. 001/008

ATOS DO PREFEITO

LEI ORDINÁRIA N° 14.278, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PARA OS SEGURADOS DO RPPS MUNICIPAL DO JOÃO PESSOA; FIXA O LIMITE MÁXIMO PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES PELO REGIME DE PREVIDÊNCIA DE QUE TRATA O ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL C/C ART. 79, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA; AUTORIZA A ADESÃO A PLANO DE BENEFÍCIOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Art. 1° Fica instituído, no âmbito do Município de João Pessoa, o Regime de Previdência Complementar – RPC, a que se referem os §§ 14, 15 e 16 do artigo 40 da Constituição Federal para os servidores públicos municipais ocupantes de cargo efetivos do Poder Executivo, do Poder Legislativo, como também de suas autarquias e fundações públicas.

Parágrafo único. O valor dos benefícios de aposentadoria e pensão devido pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS aos servidores públicos titulares de cargos efetivos de quaisquer dos poderes, bem como autarquias e fundações, que ingressarem no serviço público do Município de João Pessoa, a partir da data de início da vigência do RPC de que trata esta Lei, não poderá superar o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2° O Município de João Pessoa é o patrocinador do plano de benefícios do Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei, sendo representado por seu Prefeito Constitucional que poderá delegar esta competência.

Parágrafo único. A representação de que trata o *caput* deste artigo compreende poderes para a celebração de convênio de adesão e suas alterações, retirada de patrocínio, transferência de gerenciamento e para manifestação acerca da aprovação ou da alteração de plano de benefícios de que trata esta Lei e demais atos correlatos.

Art. 3° O Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei terá vigência e será aplicado aos servidores públicos titulares de cargos efetivos de quaisquer dos poderes, bem como autarquias e fundações, que ingressarem no serviço público a partir da data de publicação da autorização, pelo órgão fiscalizador de que trata a Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001, do convênio de adesão do patrocinador ao plano de benefícios previdenciário administrado pela entidade fechada de previdência complementar.

Art. 4° A partir do início de vigência do Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei, independentemente da inscrição do servidor como participante no plano de benefícios oferecido, aplicar-se-á o limite máximo dos benefícios pagos pelo RGPS, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, às aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo RPPS do Município de João Pessoa aos novos segurados, conforme definido no parágrafo único do art. 1° desta Lei.

Art. 5° Os segurados do RPPS de João Pessoa que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do Regime de Previdência Complementar poderão aderir ao RPC, mediante prévia e expressa opção, formalizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da vigência da Lei que regulamentará como ocorrerá essa adesão.

Parágrafo único. O exercício da opção a que se refere o *caput* deste artigo é irrevogável e irratável, devendo observar o disposto no art. 4° desta Lei.

Art. 6° O Regime de Previdência Complementar de que trata o art. 1° será oferecido por meio de adesão a plano de benefícios já existente ou plano próprio em entidade de previdência complementar.

CAPÍTULO II DO PLANO DE BENEFÍCIOS Seção I

Das Linhas Gerais do Plano de Benefícios

Art. 7° O plano de benefício previdenciário estará descrito em regulamento, observadas as disposições das pertinentes Leis Complementares federais e demais os normativos decorrentes desses diplomas legais e será oferecido a todos os segurados do RPPS do Município de João Pessoa, obrigatoriamente, aos referidos no art. 3° desta Lei e, facultativamente, aos demais.

Art. 8° O Município de João Pessoa somente poderá ser patrocinador de plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, cujos benefícios programados tenham seu valor permanentemente ajustado à reserva constituída em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados, resgatados e/ou portados e os benefícios pagos.

§ 1°. O plano de que trata o *caput* deste artigo deverá prever benefícios não programados que:

- I - assegurem pelo menos, os benefícios decorrentes dos eventos invalidez e morte do participante; e,
- II - sejam estruturados unicamente com base em reserva acumulada em favor do participante.

§ 2° Na gestão dos benefícios de que trata o § 1° deste artigo, o plano de benefícios previdenciários poderá prever a contratação de cobertura de risco adicional junto à sociedade seguradora, desde que tenha custeio específico, à conta do participante.

§ 3° O plano de que trata o *caput* deste artigo poderá prever cobertura de sobrevivência do assistido, desde que contratada, à conta do participante, junto à sociedade seguradora.

Seção II Do Patrocinador

Art. 9° O Município de João Pessoa é o responsável pelo aporte de contribuições e pelas transferências das contribuições descontadas dos seus servidores ao plano de benefícios previdenciário, observado o disposto nesta Lei, no convênio de adesão e no regulamento.

§1° A contribuição efetuada pelo patrocinador será custeada com recursos do orçamento do respectivo órgão ou entidade, do Poder a que o servidor é vinculado.

§2° As contribuições devidas pelo patrocinador deverão ser pagas, de forma centralizada, pelos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, e em hipótese alguma poderão ser superiores às contribuições normais dos participantes.

§3° O Município de João Pessoa será considerado inadimplente em caso de descumprimento, por quaisquer dos poderes, executivo ou legislativo, incluídas suas autarquias e fundações, de qualquer obrigação prevista no convênio de adesão e no regulamento do plano de benefícios.

Art. 10. Deverão estar previstas, expressamente, no convênio de adesão ao plano de benefícios administrado pela entidade de previdência complementar, cláusulas que estabeleçam no mínimo:

I - a não existência de solidariedade do Ente Federativo, enquanto patrocinador, em relação a outros patrocinadores; instituidores, averbadores; planos de benefícios e entidade de previdência complementar;

II - os prazos de cumprimento das obrigações pelo patrocinador e das sanções previstas para os casos de atraso no envio de informações cadastrais de participantes e assistidos, de pagamento ou do repasse das contribuições;

III - que o valor correspondente à atualização monetária e aos juros suportados pelo patrocinador por atraso de pagamento ou de repasse de contribuições será revertido à conta individual do participante a que se referir a contribuição em atraso;

IV - eventual valor de aporte financeiro, a título de adiantamento de contribuições, a ser realizado pelo Ente Federativo;

V - as diretrizes com relação às condições de retirada de patrocínio ou rescisão contratual e transferência de gerenciamento da administração do plano de benefícios previdenciário;

VI - o compromisso da entidade de previdência complementar de informar a todos os patrocinadores vinculados ao plano de benefícios sobre o inadimplemento de patrocinador em prazo superior a noventa dias no pagamento ou repasse de contribuições ou quaisquer obrigações, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

Seção III Dos Participantes

Art. 11. Podem se inscrever como participantes do Plano de Benefícios todos os segurados do RPPS do Município de João Pessoa.

Art. 12. Poderá permanecer inscrito no respectivo plano de benefícios o participante que:

I - esteja cedido a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia mista;

II - esteja afastado ou licenciado do cargo efetivo temporariamente, com ou sem recebimento de remuneração, inclusive para o exercício de mandato eletivo em qualquer dos entes da federação;

III - optar pelo benefício proporcional diferido ou autopatrocínio, na forma do regulamento do plano de benefícios.

§1º O regulamento do plano de benefícios disciplinará as regras para a manutenção do custeio do plano de benefícios, observada a legislação aplicável.

§2º Havendo cessação com ônus para o cessionário subsiste a responsabilidade do patrocinador em recolher junto ao cessionário e repassar a contribuição ao plano de benefícios, nos mesmos níveis e condições que seriam devidos pelo patrocinador, na forma definida no regulamento do respectivo plano.

§3º Havendo cessação com ônus para o cedente, o patrocinador arcará com a sua contribuição ao plano de benefícios.

§4º O patrocinador arcará com a sua contribuição, somente, quando o afastamento ou a licença do cargo efetivo se der sem prejuízo do recebimento da remuneração.

Art. 13. Os servidores referidos no art. 1º desta Lei, com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, serão automaticamente inscritos no respectivo plano de benefícios de previdência complementar desde a data de entrada em exercício.

§1º É facultado aos servidores e membros referidos no *caput* deste artigo manifestarem a ausência de interesse em aderir ao plano de benefícios patrocinado pelo Município de João Pessoa, sendo seu silêncio ou inércia, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após sua inscrição automática na forma do *caput* deste artigo, reconhecida como aceitação tácita à inscrição.

§2º Na hipótese de a manifestação de que trata o § 1º deste artigo ocorrer no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da data da inscrição automática, fica assegurado o direito à restituição integral das contribuições vertidas, a ser paga em até sessenta dias do pedido de anulação, atualizadas nos termos do regulamento do plano de benefício.

§3º A anulação da inscrição prevista no § 1º deste artigo e a restituição prevista no §2º não constituem resgate.

§4º No caso de anulação da inscrição prevista no § 1º deste artigo, a contribuição aportada pelo patrocinador será devolvida à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo da devolução da contribuição aportada pelo participante.

§5º Sem prejuízo ao prazo para manifestação da ausência de interesse em aderir ao plano de benefícios, fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.

Seção IV Das Contribuições

Art. 14. As contribuições do patrocinador e do participante incidirão sobre a base de cálculo das contribuições ao RPPS, estabelecidas na Lei Municipal nº. 10.684/2005, que exceder o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§1º A alíquota da contribuição do participante será por ele definida, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios.

§2º Os participantes poderão realizar contribuições facultativas ou adicionais, de caráter voluntário, sem contrapartida do Patrocinador, na forma do regulamento do plano de benefícios.

Art. 15. O patrocinador somente se responsabilizará por realizar contribuições em contrapartida às contribuições normais dos participantes que atendam, concomitantemente, às seguintes condições:

I - sejam segurados do RPPS, na forma prevista no art. 1º ou art. 5º desta Lei; e

II - recebam subsídios ou remuneração que exceda o limite máximo a que se refere o art. 4º desta Lei, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§1º A contribuição do patrocinador será paritária à do participante sobre a parcela que exceder o limite máximo a que se refere o parágrafo único do art. 1º desta Lei.

§2º Observadas as condições previstas no § 1º deste artigo e no disposto no regulamento do plano de benefícios, a contribuição do patrocinador não poderá exceder ao percentual de 8,5% (oito e meio por cento).

§3º Os participantes que não se enquadrem nas condições previstas nos incisos I e II do *caput* deste artigo não terão direito à contrapartida do Patrocinador.

§4º Sem prejuízo ao disposto no *caput* deste artigo, o Patrocinador deverá realizar o repasse das contribuições descontadas diretamente da remuneração ou subsídio dos participantes a ele vinculados, inclusive daqueles que, embora não enquadrados no inciso II deste artigo, estejam inscritos no plano de benefícios.

§5º Sem prejuízo às demais penalidades e responsabilidades previstas nesta Lei e na legislação aplicável, as contribuições recolhidas com atraso estarão sujeitas à atualização monetária e consectários de mora estabelecidos no Convênio, regulamento e plano de custeio do respectivo plano de benefícios, ficando o Patrocinador desde já autorizado a adotar as providências necessárias para o regular adimplemento de suas obrigações junto ao plano de benefícios.

Art. 16. A entidade de previdência complementar administradora do plano de benefícios manterá controle individual das reservas constituídas em nome do participante e registro das contribuições deste e das dos patrocinadores.

Seção V Do Processo de Seleção da Entidade

Art. 17. A escolha da entidade de previdência responsável pela administração do Plano de Benefícios será precedida de processo seletivo conduzido com imparcialidade, publicidade e transparência e que contemple requisitos de qualificação técnica e economicidade indispensáveis à garantia da boa gestão dos planos de benefícios, a cargo do Poder Executivo, através do órgão competente.

§1º A relação jurídica com a entidade será formalizada por convênio de adesão, com vigência por prazo indeterminado.

§2º O processo seletivo poderá ser realizado em cooperação com outros Estados e Municípios desde que seja demonstrado o efetivo cumprimento dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. As nomeações de novos servidores de cargo efetivo e membros do Município de João Pessoa que possuam o subsídio ou a remuneração do cargo acima dos valores do limite máximo estabelecido para os benefícios de aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social, ficam condicionadas ao início da vigência do Regime de Previdência Complementar previsto na forma do art. 3º desta Lei, ressalvadas as nomeações das áreas administrativa, educação, saúde e guarda municipal, as decorrentes de pactuações firmadas com o ministério público ou decisão judicial.



Estado da Paraíba Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito: **Cícero de Lucena Filho**

Vice-Prefeito: **Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti**

Sec. de Gestão Governamental: **Márcio Diego F. Tavares**

Secretaria de Administração: **Ariosvaldo de Andrade Alves**

Secretaria de Saúde: **Fábio Antônio da Rocha Sousa**

Secretaria de Educação: **Maria América Assis de Castro**

Secretaria de Planejamento: **José William Montenegro Leal**

Secretaria da Fazenda: **Adenilson de Oliveira Ferreira**

Secretaria de Desenv. Social: **Felipe Matos Leitão**

Secretaria de Habitação: **Maria Socorro Gadelha**

Secretaria de Comunicação: **Marcos Vinícius Sales Nóbrega**

Controlad. Geral do Município: **Eudes Moaci Toscano Júnior**

Secretaria de Direitos Humanos: **João Carvalho da C. Sobrinho**

Procuradoria Geral do Município: **Bruno Augusto A. da Nóbrega**

Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: **Rouger Xavier G.**

Secretaria da Infra Estrutura: **Rubens Falcão da Silva Neto**

Sec. do Trabalho, Produção e Renda: **Vaulene de Lima Rodrigues**

Sec. Juventude, Esporte e Recreação: **Kaio Márcio Ferreira Costa**

Secretaria de Turismo: **Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes**

Secretaria de Políticas Públicas das Mulheres: **Ivonete Porfírio Martins**

Sec. de Desenvolvimento Urbano: **Antônio Fábio Soares Carneiro**

Sec. da Ciência e Tecnologia: **Margarete de Fátima Formiga M. Diniz**

Secretaria de Meio Ambiente: **Welison Araújo Silveira**

Sec. de Segurança Urbana e Cidadania: **João Almeida Carvalho Júnior**

Secretaria da Defesa Civil: **Kelson de Assis Chaves**

Suprerint. de Mobilidade Urbana: **George Ventura Morais**

Autarq. Esp. Munic. de Limp. Urbana: **Ricardo Jose Veloso**

Instituto de Previdência do Munic.: **Caroline Ferreira Agra**

Fundação Cultural de João Pessoa: **Antônio Marcus Alves de Souza**

SEMANÁRIO OFICIAL

Agente de Registros e Publicações - **Orleide Maria de O. Leão**
Designer Gráfico - **Emilson Cardoso e Tayame Uyara**

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental e
Articulação Política - Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340
Pabx: 83 3218.9765 - Fax 83 3218.9766
semanariojp@gmail.com

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa
Criado pela Lei Municipal nº 617, de 21 de agosto de 1964
Impresso no Serviço de Reprodução Gráfica
Centro Administrativo Municipal
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900
Fone: 3128.9038 - e-mail: sead@joaopessoa.pb.gov.br

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a promover aporte inicial para atender às despesas decorrentes da adesão ou da instituição do plano de benefício previdenciário de que trata esta Lei, observado:

I - O limite de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (estimativo), mediante créditos adicionais, para atender, exclusivamente, ao custeio de despesas administrativas pré-operacionais necessárias à adesão ou à implantação do plano de benefícios previdenciário, vedado o aporte desses recursos à entidade de previdência complementar;

II - O limite de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) (estimativo), mediante a abertura, em caráter excepcional, de créditos especiais, a título de adiantamento de contribuições, cujas regras de compensação deverão estar expressas no convênio de adesão.

Art. 20. A Lei Municipal n° 10.684/05, de 26 de dezembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 106.** (...)”

§1° A Taxa de administração referida no *caput* será de 2,4% (dois vírgula quatro por cento) do valor total do somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS, apurado no exercício financeiro anterior;

[...]

§4° A Taxa de Administração prevista no §1° deste artigo poderá ser elevada em 20% (vinte por cento), desde que embasada na avaliação atuarial do RPPS e seja utilizada, exclusivamente, para o custeio de despesas administrativas relacionadas a:

I - obtenção e manutenção de certificação institucional no âmbito do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS n° 185, de 14 de maio de 2015, podendo os recursos ser utilizados, entre outros, com gastos relacionados a:

- preparação para a auditoria de certificação;
- elaboração e execução do plano de trabalho para implantação do Pró-Gestão RPPS;
- cumprimento das ações previstas no programa, inclusive aquisição de insumos materiais e tecnológicos necessários;
- auditoria de certificação, procedimentos periódicos de autoavaliação e auditoria de supervisão; e
- processo de renovação ou de alteração do nível de certificação;

II - atendimento dos requisitos mínimos relativos à certificação para nomeação e permanência de dirigentes do órgão ou entidade gestora do RPPS, do responsável pela gestão dos recursos e dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos, conforme previsto no inciso II do art. 8°-B da Lei n° 9.717, de 1998, e regulação específica, contemplando, entre outros, gastos relacionados a:

- preparação, obtenção e renovação da certificação; e
- capacitação e atualização dos gestores e membros dos conselhos e co

Art. 108. (...)”

§4° Para os segurados que aderirem ao Regime de Previdência Complementar – RPC deste município a base da contribuição previdenciária referida no *caput* estará limitada ao valor máximo pago aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.”

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto à alteração da redação dada ao art. 106 da Lei Municipal n°. 10.684/05, de 28 de dezembro de 2005 que terá sua vigência postergada para o primeiro dia de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois.

Art. 22. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, em 15 de outubro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

Autoria: Executivo Municipal

LEI ORDINÁRIA N° 14.279, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

ALTERA A LEI MUNICIPAL N° 14.229, DE 30 DE JULHO DE 2021.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° O artigo primeiro da Lei 14.229, 30 de julho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 1°. **Art. 1°** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial para inclusão em Ação de Governo já existente na Estrutura Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde no valor global de R\$ 3.752.704,78 (três milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e quatro reais e setenta e oito centavos) na forma abaixo discriminada:

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
13.301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.5005.464511 – COVID - MANTER E IMPLEMENTAR AÇÕES RELACIONADAS AO COMBATE AO COVID 19

RS

3.1.90.04 – 1213/0213 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 3.752.704,78”

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, em 15 de outubro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

Autoria: Executivo Municipal

LEI ORDINÁRIA N° 14.280, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL PARA CAPACITAÇÃO DE JOVENS EM EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO E HABILIDADES SOCIAIS, DENOMINADO “PROCON VAI ÀS AULAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1° Fica instituído o Programa Municipal denominado “PROCON VAI ÀS AULAS”, para capacitação de jovens em educação para o consumo e habilidades sociais, no âmbito da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.

Art. 2° Podem se inscrever para participar no Programa “PROCON VAI ÀS AULAS” estudantes devidamente matriculados no 9° ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Parágrafo único. A inscrição dos participantes no programa, além de atender aos critérios estabelecidos no artigo 2° desta lei, será precedido da publicação de edital específico, subscrito, conjuntamente, pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/JP e pela Secretaria Municipal de Educação, contendo critérios objetivos de seleção, vagas disponíveis, valor da bolsa e/ou do auxílio financeiro, prazos e locais de inscrição, datas e prazos para recursos, documentos necessários e demais informações para a devida publicidade e transparência do programa.

Art. 3° São objetivos do programa:

- oportunizar a capacitação de jovens para que atuem como agentes sociais promovendo o direito do consumidor e a paz social;
- difundir a educação para o consumo entre os jovens através de ações concretas de promoção da cidadania;
- incentivar a articulação de parcerias e convênios com organizações sociais objetivando oferecer oportunidades de práticas de ensino, pesquisa e extensão, complementares a formação curricular;
- fortalecer os laços de pertencimento entre os jovens moradores de comunidades tradicionais da capital através dos agentes de formação e educação para o consumo;
- promover oportunidades de aprendizado diretamente relacionadas ao direito do consumidor;
- articular ações multidisciplinares que gerem oportunidades de aprendizado através da educação para o consumo.

Art. 4° A Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor fica autorizada a:

- conceder bolsas e/ou auxílio financeiro aos participantes do Programa PROCON VAI AS AULAS, pelo período de duração dos cursos, não superior a 02 (dois) meses por exercício;

II – firmar acordos, convênios e termos de cooperação para execução do Programa “PROCON VAI ÀS AULAS”;

III – captar recursos de outras fontes para o custeio do programa.

Parágrafo único. o valor das bolsas e auxílios financeiros concedidos no âmbito do Programa PROCON VAI AS AULAS serão definidas pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Difusos, a cada exercício.

Art. 5º Para a execução do Programa PROCON VAI AS AULAS, serão utilizados recursos indicados por meio de dotação orçamentária oriunda do Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD, sem prejuízo de captação de recursos de outras fontes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, em 15 de outubro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

Autoria: Executivo Municipal

LEI ORDINÁRIA N° 14.281, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS), DESTINADOS AO CUSTEIO DO PROGRAMA MUNICIPAL DENOMINADO “PROCON VAI ÀS AULAS”, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON/JP.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para abertura de nova Natureza de Despesas na Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, a fim de custear o programa “PROCON VAI AS AULAS”, conforme descriminação a seguir:

31.301 – Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos
14.091.5027.574357 – PROCON VAI ÀS AULAS
3.3.90.18 – Auxílio Financeiro a estudantes – R\$600.000,00

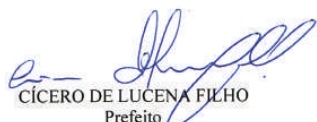
Art. 2º O recurso para atender a abertura de crédito adicional especial na Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, de que trata o art. 1º, na fonte de recurso 0209 (759), é proveniente do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDD, do exercício de 2020, nos termos do art. 43, parágrafo 1º, inciso I da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º O crédito adicional especial a ser aberto terá a vigência de acordo com o que determina o art. 167, § 2º, da Constituição Federal, de 1988, e art. 125, VI, da Lei Orgânica do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, em 15 de outubro de 2021.


CÍCERO DE LUCENA FILHO
Prefeito

Autoria: Executivo Municipal

PROCON

EDITAL N.º 001/2021 PROCON/ SEDEC

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÃO PARA O PROGRAMA “PROCON VAI ÀS AULAS”

A Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/JP, através do Secretário, Sr. Rougger Xavier Guerra Júnior, no uso de suas atribuições previstas no art. 4º da Lei n.º 12.813/2014, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEDEC, representada pela Secretária Sra. Maria América de Assis Castro, conforme incumbências contidas no art. 19 da Lei Municipal n.º 8.996/1999, torna público o presente Edital de abertura de inscrições para estudantes do 9º ano da rede pública de ensino municipal em situação de vulnerabilidade social e econômica, interessados em candidatar-se às vagas do programa “PROCON VAI ÀS AULAS”, conforme disciplina a Lei Municipal n.º 14.280/2021.

1. DO PROGRAMA

1.1 O Programa “PROCON VAI ÀS AULAS” foi instituído tendo com fundamento o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e o exercício da cidadania participativa, colaborando com as políticas públicas de desenvolvimento da educação profissional, objetivando contribuir na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, reduzindo as desigualdades sociais e regionais. Para tanto, há que se disseminar valores e princípios do direito do consumidor, a cultura da autocomposição de conflitos e a capacitação de agentes sociais conciliadores das demandas de interesses consumeristas, como forma de ampliar o acesso e materializar a justiça. Ainda, busca-se a pacificação da sociedade, a partir da popularização de métodos e técnicas de resolução consensual de conflitos, destacadamente a mediação.

1.2 O Programa tem os seguintes objetivos:

- 1.2.1 Oportunizar a capacitação de adolescentes para que atuem como agentes sociais promovendo o direito do consumidor e a paz social;
- 1.2.2 Difundir a educação para o consumo entre os adolescentes através de ações concretas de promoção da cidadania;
- 1.2.3 Incentivar a articulação de parcerias e convênios com organizações sociais objetivando oferecer oportunidades de práticas de ensino, pesquisa e extensão, complementares a formação curricular;
- 1.2.4 Fortalecer os laços de pertencimento entre os adolescentes moradores de comunidades tradicionais da capital através dos agentes de formação e educação para o consumo;
- 1.2.5 Promover oportunidades de aprendizado diretamente relacionadas ao direito do consumidor;
- 1.2.6 Articular ações multidisciplinares que gerem oportunidades de aprendizado através da educação para o consumo.

2. CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA
Período de inscrições online	15/10/2021 a 29/10/2021
Validação e Análise das inscrições	03/11/2021
Divulgação do Resultado Preliminar	05/11/2021
Prazo Recursal	08/11/2021
Divulgação do Resultado Final	12/11/2021
Ciclo Formativo Obrigatório	15/11/2021 a 15/01/2022
Pagamento da 1ª Parcela da Bolsa	Entre 15 e 20/12/2021
Pagamento da 2ª Parcela da Bolsa	Entre 15 e 20/01/2022

3. CRITÉRIOS OBJETIVOS DE SELEÇÃO

- 3.1 Ser aluno da rede municipal de João Pessoa, regularmente matriculado no 9º (nono) ano do ensino fundamental obrigatório, conforme estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme preconiza a Lei Federal n.º 9.394/1996.
- 3.2 Apresentar frequência escolar regular, não inferior a 80% (oitenta por cento), ainda que, em virtude da pandemia do COVID-19, o cômputo da assiduidade tenha ocorrido na modalidade do Ensino Remoto, por meio de atividades on-line ou impressa.
- 3.3 Estar em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, se enquadrando neste requisito todos aqueles estudantes que possuam renda família inferior a 04 (quatro) salários mínimos.

4. DAS VAGAS

- 4.1 Serão disponibilizados para o Programa "PROCON VAI ÀS AULAS" o quantitativo de 850 (oitocentas e cinquenta) vagas, que serão divididas de forma proporcional entre as unidades municipais de ensino.
- 4.2 Em caso inscrições válidas superiores ao número de vagas ofertadas, serão utilizados como critério desempate e terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:
- Tiver maior média escolar anual até a data da publicação deste Edital, considerando o desempenho acadêmico em todas as disciplinas do currículo do 9º ano do ensino fundamental; e
 - Tiver maior idade;

5. DA BOLSA

- 5.1 Será concedida aos alunos selecionados para participar do Programa "PROCON VAI ÀS AULAS" uma bolsa auxílio no valor total de R\$ 700,00 (setecentos reais).
- 5.2 Esse auxílio será dividido em 02 (duas) parcelas mensais de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), referentes aos 02 (dois) meses de duração do curso, conforme cronograma estabelecido neste instrumento.
- 5.3 O repasse financeiro se dará, através de ordem de pagamento com origem no Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD, após a aferição da frequência do aluno no ciclo formativo obrigatório, de forma subsequente às aulas ministradas.
- 5.4 O montante da bolsa será depositado em conta bancária do responsável legal do aluno, informado quando da inscrição no Programa "PROCON VAI ÀS AULAS", preferencialmente o mesmo responsável cadastrado junto a unidade municipal de ensino no ato da matrícula escolar.
- 5.5 Caso o responsável legal não possua conta bancária, **sua inscrição deverá ser efetivada presencialmente na sede do Procon-JP, situada na Avenida Dom Pedro I, n° 473, Centro, João Pessoa-PB, a fim de que este assine termo de responsabilidade específico indicando outra pessoa para receber o valor da bolsa.**

6. DA INSCRIÇÃO

- 6.1 As inscrições serão realizadas, gratuitamente, por meio do aplicativo de [whatsapp](#) da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor da Prefeitura Municipal de João Pessoa, através do número de telefone (83) 98665-0179, ou através do site www.proconjp.pb.gov.br, das 00:00 do dia 15 de outubro de 2021 às 23:59 do dia 29 de outubro de 2021.
- 6.2 Os responsáveis legais dos estudantes interessados devem conferir com atenção as informações solicitadas, bem como eventual documentação e/ou comprovações complementares, antes de finalizar seu cadastro, tendo em vista a impossibilidade de alteração dos dados após o envio da inscrição.
- 6.3 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
- 6.4 A veracidade das informações prestadas no requerimento de inscrição será de inteira responsabilidade do responsável legal do aluno candidato, podendo o responsável legal responder, a qualquer momento, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, o que acarretará a eliminação do estudante do Programa.

7. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

- 7.1 Após a publicação do edital, os interessados têm prazo de 24 (vinte e quatro) horas para impugnação e pedidos de esclarecimentos, sob pena de preclusão, através do e-mail procon@joापessoa.pb.gov.br.
- 7.2 A resposta pública à impugnação ao edital ocorrerá em igual prazo, através do mesmo canal.
- 7.3 Da data de publicação do resultado preliminar, pode-se interpor recurso administrativo, através do e-mail procon@joापessoa.pb.gov.br, no prazo máximo estabelecido no cronograma (item 2 deste edital), desde que devidamente fundamentado e sendo imprescindível a qualificação do recorrente.
- 7.4 Os recursos entregues intempestivamente serão desconsiderados para quaisquer fins.

8. DO CICLO FORMATIVO OBRIGATÓRIO


- 8.1 O aluno selecionado deverá passar por uma Formação de Educadores Sociais de Defesa do Consumidor, em formato presencial, com duração total de 30 (trinta) horas-aulas com teoria e dinâmicas, bem como deverá assistir aulas/palestras complementares eventualmente incluídas no Programa "PROCON VAI ÀS AULAS".

- 8.2 O Programa será desenvolvido nos meses de novembro de 2021 a janeiro de 2022, através de 17 (dezesete) turmas, alocadas de acordo com a disponibilidade e logística definidas pela Secretaria Municipal de Educação do Município de João Pessoa, com um encontro semanal para cada uma das turmas.
- 8.3 Cada turma terá o limite máximo de cinquenta (50) adolescentes, distribuídos nas escolas públicas da rede de ensino municipal, conforme a demanda eletiva de cada polo educacional.
- 8.4 As ações acadêmicas serão monitoradas e avaliadas pela SEDEC, por meio dos relatórios e avaliações dos Coordenadores Escolares, inclusive, na frequência obrigatória do estudante no ciclo formativo.


9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 O estudante que não tenha acesso à internet ou ao computador para realizar a inscrição deverá entrar em contato com a secretaria escolar, que disponibilizará orientação e canais adequados para viabilização da inscrição.

João Pessoa, 15 de outubro de 2021.



ROUGGER XAVIER GUERRA JÚNIOR
SECRETÁRIO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR



MARIA AMÉRICA DE ASSIS CASTRO
Secretária de Educação e Cultura

EXTRATOEXTRATO N.º 420/2021
PROCESSO 16.653/2021

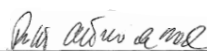
A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Partícipe, torna público, na forma da Lei Federal nº. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, o presente TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E O INSTITUTO WALFREDO GUEDES PEREIRA, PARA REPASSE DE VERBA ORIUNDA DA EMENDA IMPOSITIVA N.º 039/2020, DE AUTORIA DO VEREADOR HUMBERTO PONTES AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA SUBSIDIAR A AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO: AUTOMÓVEL UTILITÁRIO TIPO FURGÃO, o qual terá vigência até o final do exercício financeiro de 2021, a partir da publicação na Imprensa Oficial, consoante Plano de Trabalho, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.302.5414.462871 – MAC – REDE CONVENIADA / CONTRATADA / SUPLEMENTAR – MANTER E IMPLEMENTAR A REDE SUPLEMENTAR DE SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

• FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS

-ELEMENTO DE DESPESA: 44.50.42 – AUXÍLIOS

T. DE FOMENTO	NOME	VALOR	DATA
043/2021	INSTITUTO WALFREDO GUEDES PEREIRA	R\$ 134.279,00 (cento e trinta e quatro mil, duzentos e setenta e nove reais).	05 de outubro de 2021



FABIO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO N.º 421/2021
PROCESSO 04.734/2021

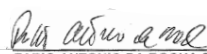
A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Partícipe, torna público, na forma da Lei Federal nº. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, o presente TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E O INSTITUTO WALFREDO GUEDES PEREIRA, PARA REPASSE DE VERBAS ORIUNDAS DA EMENDA PARLAMENTAR N.º 36000.336801/2020-00, REFERENTE À EMENDA N.º 71160001, DA BANCADA PARAÍBA E PORTARIA N.º 3.781, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020, ATRAVÉS DAS PROPOSTAS N.º 36000.351626/2020-00 E 36000.351648/2020-00, AMBAS REFERENTES À EMENDA PARLAMENTAR DE RELATORIA N.º 81001509, AO ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA SUBSIDIAR INCREMENTO TEMPORÁRIO DO LIMITE FINANCEIRO DA ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC), APLICANDO-SE OS RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS MÉDICOSHOSPITALARES E OUTROS INSUMOS, o qual terá vigência até de 06 (seis) meses, a ocorrer nos exercícios financeiros de 2021-2022, a partir da publicação na Imprensa Oficial, consoante Plano de Trabalho, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.302.5414.462871 – MAC – REDE CONVENIADA / CONTRATADA / SUPLEMENTAR – MANTER E IMPLEMENTAR A REDE SUPLEMENTAR DE SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

- FONTE DE RECURSOS: 1214 – SUS

-ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.50.43 – SUBVENÇÕES SOCIAIS

T. DE FOMENTO	NOME	VALOR	DATA
038/2021	INSTITUTO WALFREDO GUEDES PEREIRA	R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais).	05 de outubro de 2021


FABIO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO N.º 428/2021
PROCESSO N.º 21.943/2021
CHAVE CGM: K4EA-ED6Y-10XQ-FG2G

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 13.979/2020 e suas alterações posteriores TERMO DE CONTRATO PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL SANTA ISABEL, firmado para atender as finalidades precípuas da Administração, terá vigência até o final do exercício financeiro, relativos à PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10.001/2021, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.302.5139.461484 – INV – HOSPITAL E AMBULATORIAL – CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ESTRUTURAÇÃO REDE AMBULATORIAL E HOSPITALAR DA SAÚDE MUNICIPAL

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1215 – SUS

- ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.727/2021	H STRATTNER E CIA LTDA	R\$ 281.628,74 (duzentos e oitenta e um mil, seiscentos e vinte e oito reais e setenta e quatro centavos)	13 de outubro de 2021


FABIO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO N.º 429/2021
PROCESSO N.º 21.941/2021
CHAVE CGM: K4EA-ED6Y-10XQ-FG2G

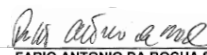
A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 13.979/2020 e suas alterações posteriores TERMO DE CONTRATO PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL SANTA ISABEL, firmado para atender as finalidades precípuas da Administração, terá vigência até o final do exercício financeiro, relativos à PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10.001/2021, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.302.5139.461484 – INV – HOSPITALAR E AMBULATORIAL – CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ESTRUTURAÇÃO REDE AMBULATORIAL E HOSPITALAR DA SAÚDE MUNICIPAL

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1215 – SUS

- ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.728/2021	SAFE SUPORTE A VIDA E COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA	R\$ 956.610,00 (novecentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e dez reais)	13 de outubro de 2021


FABIO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO N.º 431/2021
PROCESSO N.º 21.940/2021
CHAVE CGM: K4EA-ED6Y-10XQ-FG2G

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como contratante, torna público, na forma da Lei Federal nº. 13.979/2020 e suas alterações posteriores TERMO DE CONTRATO PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL SANTA ISABEL, firmado para atender as finalidades precípuas da Administração, terá vigência até o final do exercício financeiro, relativos à PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10.001/2021, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.302.5139.461484 – INV – HOSPITALAR E AMBULATORIAL – CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ESTRUTURAÇÃO REDE AMBULATORIAL E HOSPITALAR DA SAÚDE MUNICIPAL

- FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS;
- FONTE DE RECURSOS: 1215 – SUS

- ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CONTRATO	NOME	VALOR	DATA
10.730/2021	SILVEIRA E SILVA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA-ME	R\$ 17.800,00 (dezesete mil e oitocentos reais)	13 de outubro de 2021


FABIO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO N.º 434/2021
PROCESSO 15.975/2021

A Secretária Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Partícipe, torna público, na forma da Lei Federal n.º 13.019/2014 e suas alterações posteriores, o presente TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E O INSTITUTO WALFREDO GUEDES PEREIRA, PARA REPASSE DE VERBAS ORIUNDAS DAS EMENDAS IMPOSITIVAS N.º 088/2020, DE AUTORIA DA VEREADORA RAISSA GOMES LACERDA R. DE AQUINO; N.º 108/2020, DE AUTORIA DO VEREADOR THIAGO NÓBREGA DE LUCENA, AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA SUBSIDIAR A AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR – COMPRESSA DE GAZE ESTÉRIL, EQUIPO MACROGOTAS COM INJETOR LATERAL E SERINGA DESCARTÁVEL 10ML (LUER SLIPE COM AGULHA), o qual terá vigência no exercício financeiro de 2021 e 2022, a partir da publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado para cumprir o Plano de Trabalho, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.302.5414.462871 – MAC – REDE CONVENIADA / CONTRATADA / SUPLEMENTAR – MANTER E IMPLEMENTAR A REDE SUPLEMENTAR DE SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

-ELEMENTO DE DESPESA: 33.50.43 – SUBVENÇÕES SOCIAIS

• FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS

T. DE FOMENTO	NOME	VALOR	DATA
045/2021	INSTITUTO WALFREDO GUEDES PEREIRA	R\$ 242.139,00 (duzentos e quarenta e dois mil, cento e trinta e nove reais).	27 de setembro de 2021


FABIO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO N.º 435/2021
PROCESSO 15.974/2021

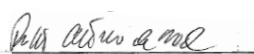
A Secretária Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, como Partícipe, torna público, na forma da Lei Federal n.º 13.019/2014 e suas alterações posteriores, o presente TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E O INSTITUTO WALFREDO GUEDES PEREIRA, PARA REPASSE DE VERBAS ORIUNDAS DAS EMENDAS IMPOSITIVAS N.º 073/2020, DE AUTORIA DO VEREADOR MARCOS HENRIQUES E SILVA; N.º 119/2020, DE AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ FREIRE DA COSTA, AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA SUBSIDIAR A AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO: TORRE DE VÍDEOLAPAROSCOPIA, o qual terá vigência no exercício financeiro de 2021, a partir da publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado para cumprir o Plano de Trabalho, nos Recursos Financeiros e na seguinte dotação orçamentária:

-13.301.10.302.5414.462871 – MAC – REDE CONVENIADA / CONTRATADA / SUPLEMENTAR – MANTER E IMPLEMENTAR A REDE SUPLEMENTAR DE SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

-ELEMENTO DE DESPESA: 44.50.42 – AUXÍLIOS

• FONTE DE RECURSOS: 1211 – ORDINÁRIOS

T. DE FOMENTO	NOME	VALOR	DATA
044/2021	INSTITUTO WALFREDO GUEDES PEREIRA	R\$ 334.557,00 (trezentos e trinta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais).	30 de setembro de 2021


FABIO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE/PMJP

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 10.195/2021 e 10.196/2021

Processo Licitatório n.º 18.584/2019

Pregão Eletrônico n.º 10.048/2021

Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS.

O Secretário de Saúde do Município de João Pessoa de acordo com as atribuições que lhes foram conferidas, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico n.º 10.048/2021, devidamente homologado, RESOLVE, nos termos da Lei n.º 8.566/1993, do Decreto Federal n.º 7.892/2013 e 10.024/2019, e do Decreto Municipal n.º 7.884/2013 e das demais normas legais aplicáveis, tornar público o Extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇO do objeto do presente Pregão:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 10.195/2021

Empresa: MÁXIMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI ME
CNPJ: 28.857.335/0001-40

Item	Quant.	Und.	Descrição	Marca / Fabricante	Preço Unit.	Preço Total
1	600	Und.	Aplicador de Dycal angulado em aço inox.	IMPLA MODELO: IAPL ANG MS: 81986630001	4,15	2.490,00

2	750	Und.	Bandeja Clínica - Bandeja em inox com as seguintes dimensões: 22X12X0,1cm em aço inox	ACONAX MS: ISENTO	18,25	13.687,50
4	200	Und.	Bisturi de Kirkland ou Goldman Fox em aço inox	IMPLA MS: 81986630002	8,49	1.698,00
5	200	Und.	Bisturi de Orban em aço inox	IMPLA MODELO: IGEN ORB 1-2 MS: 81986630002	8,49	1.698,00
6	750	Und.	Brutidor N.º 02 duplo em aço inox	IMPLA MODELO: IBRU 02 MS: 81986630001	4,49	3.367,50
7	450	Und.	Cabo de bisturi n. 3 tipo Bard Parker em aço inox	IMPLA MODELO: ICAB803 MS: 81986630001	5,39	2.425,50
8	450	Und.	Calcedor de Paiva - Jogo com 4 peças em aço inox	IMPLA MS: 81986630001	16,62	7.479,00
9	450	Und.	Calcedor de Ward n.º 01 em aço inox	IMPLA MODELO: ICAL WAR 01 AD MS: 81986630001	4,49	2.020,50
10	450	Und.	Calcedor de Ward n.º 02 em aço inox	IMPLA MODELO: ICAL WAR 02 AD MS: 81986630001	4,49	2.020,50
11	450	Und.	Calcedor de Ward n.º 03 em aço inox	IMPLA MODELO: ICAL WAR 03 AD MS: 81986630001	4,49	2.020,50
12	300	Und.	Cureta alveolar n.º 85	IMPLA MODELO: ICUR LUC 85 MS: 81986630002	5,40	1.620,00
13	450	Und.	Cureta de dentina em aço inox n.º 01 (também conhecido como colher de dentina ou escavador de dentina)	IMPLA MODELO: IESC IAD MS: 81986630002	4,49	2.020,50
14	450	Und.	Cureta de dentina em aço inox n.º 02	IMPLA MODELO: IESC 2 AD MS: 81986630002	4,49	2.020,50
15	450	Und.	Cureta de dentina em aço inox n.º 03	IMPLA MS: 81986630002	4,49	2.020,50
16	450	Und.	Escupidor de Holleback N.º 03 em aço inox	IMPLA MODELO: ICAL HOL 03 MS: 81986630001	4,15	1.867,50
17	300	Und.	Espátula para resina composta (dourada)	IMPLA MODELO: IESP T 01 MS: 81986630001	32,99	9.897,00
19	300	Und.	Espátulas para resina composta (tipo Thompson, n.ºs. 4 em aço inox	IMPLA MODELO: IESP T 04 MS: 81986630001	30,94	9.282,00
20	300	Und.	Espátulas para resina composta (tipo Thompson, n.ºs. 6 em aço inox	IMPLA MODELO: IESP T 06 MS: 81986630001	24,26	7.278,00
21	150	Und.	Pedra Para Afilar - Arkansas (Acabamento e Polimento) em aço inox	IMPLA MODELO: IPED AF MS: ISENTO	4,56	684,00
22	600	Und.	Pinça clínica universal em aço inox	IMPLA MODELO: IPIN CLI MS: 81986630003	5,49	3.294,00
23	200	Und.	Pinça hemostática curva em aço inox	6 B MODELO: 6B-04M-578 MS: 81563630004	21,10	4.220,00
25	200	Und.	Placa de vidro para manipulação de cimentos odontológicos	IMPLA MS: ISENTO	5,99	1.198,00
26	450	Und.	Porta agulha Mathieu	6B MODELO: 6B - 01 - 091 MS: 81563630003	32,96	14.832,00
27	300	Und.	Porta agulhas de Mayo-Hegar	6B MODELO: 6B - 19 - 014 MS: 81563630003	22,53	6.759,00
28	600	Und.	Porta amálgama	MAQUIRA MS: 80322400021	10,84	6.504,00
30	200	Und.	Pote Dappen em vidro	IMPLA MS: ISENTO	1,37	274,00
31	600	Und.	SERINGA CARPULE C/REFLUXO EM AÇO INOX	IMPLA MODELO: ISER CARPULE MS: 81986630001	24,99	14.994,00
32	300	Und.	Sindesmótomo duplo n.º1 em aço inox	IMPLA MS: 81986630001	4,49	1.347,00
33	800	Und.	Sonda exploradora N.º 05 em aço inox	IMPLA MODELO: ISON EXP 05 MS: 81986630002	4,49	3.592,00
34	600	Und.	Tesoura iris ponta fina curva 12 cm em aço inox	6B MODELO: 6B - 20 - 007 MS: 81563630009	11,63	6.978,00
Valor Total						RS 139.589,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 10.196/2021

Empresa: FATO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS LTDA ME
CNPJ: 26.043.097/0001-03

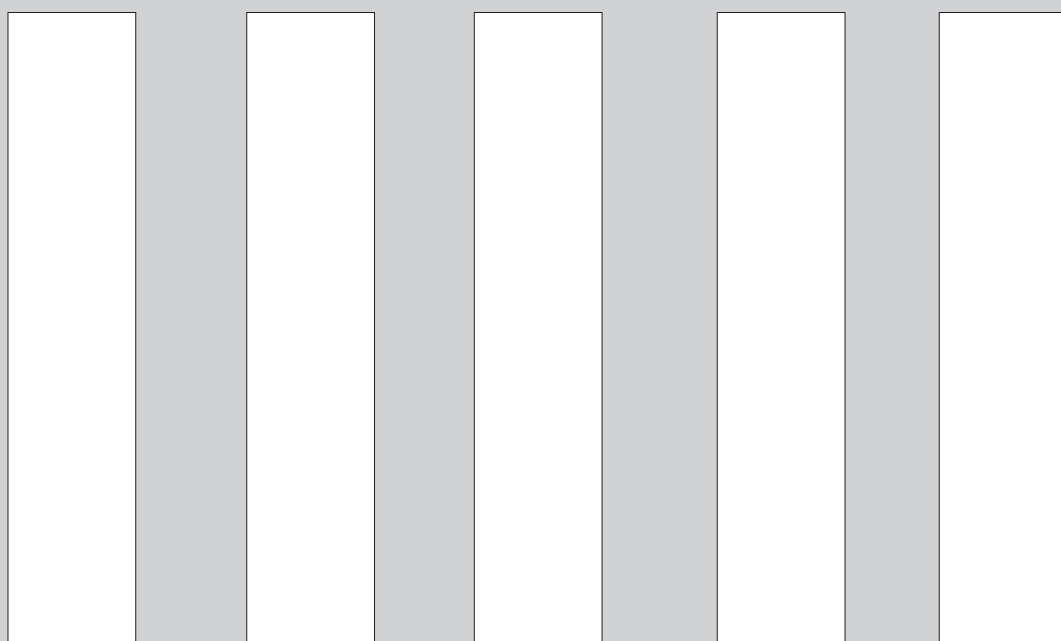
Item	Quant.	Und.	Descrição	Marca / Fabricante	Preço Unit.	Preço Total
24	200	Und.	Pinça hemostática reta em aço inox	FATO 61985 ANVISA: 81670920007	24,50	4.900,00
29	450	Und.	Porta matriz em aço inox	FATO 40916 ANVISA: 81670920008	19,00	8.550,00
Valor Total						RS 13.450,00

erfazendo o valor global de RS 153.039,00 (Cento e cinquenta e três mil e trinta e nove reais), classificadas pelo critério de menor preço por item.


FABIO ANTONIO DA ROCHA SOUSA
Secretário de Saúde

João Pessoa, 15 de Outubro de 2021.

RESPEITE A FAIXA DE PEDESTRE



FAÇA SUA PARTE

**JOÃO PESSOA JÁ
ESTÁ SE ORGULHANDO**